

Política fiscal para o desenvolvimento na América Latina e nas Caraíbas

A Iniciativa Fiscal LAC-OECD

A OCDE está a desenvolver uma nova iniciativa regional para reforçar as relações com países latino-americanos e caribenhos (Iniciativa da LAC). Esta iniciativa desenvolverá uma plataforma da OCDE para o diálogo da política e a revisão paritária na região da LAC, e cobrirá inicialmente políticas fiscais, de investimento e de governança pública e inovação. Este documento fornece uma vista geral da componente fiscal da iniciativa, cujo principal objectivo é de melhorar a tributação e a despesa pública na região da LAC. O pilar fiscal é uma iniciativa conjunta do Centro de Política e Administração Fiscais e do Centro de Desenvolvimento.

A componente fiscal da Iniciativa da LAC-OECD foi lançada publicamente no II Fórum Económico-Internacional para a América-Latina e Caraíbas em Paris a 25 de Janeiro de 2010.

Estiveram presentes os ministros de Finanças da América Latina e da OCDE, organizações internacionais, entidades especializadas em política fiscal, e representantes de 23 países: 13 da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) e 10 membros da OCDE não-latinoamericanos.

Objectivos da Iniciativa Fiscal LAC-OECD

- Estabelecer um fórum regional para o diálogo na política fiscal (tributação e despesa pública) entre oficiais seniores da política fiscal dos países da LAC. Este fórum regional encorajará os decisores políticos a partilhar experiências e introspecções em políticas alternativas e aproximações administrativas, bem como ferramentas de análise, dados e análise comparativa a fim de guiar as decisões políticas.
- Assistir conforme pedido com projectos e medidas de implementação para reformar os sistemas fiscais, de despesa pública e reforçar a consolidação fiscal na LAC; em particular, como poderão os sistemas fiscais e de despesa pública ajudar a fomentação do desenvolvimento, reforçar a legitimidade fiscal, consolidar as instituições democráticas, reduzir a desigualdade, reforçar a formalidade, facilitar o comércio e promover o investimento estrangeiro.

A crise financeira reforçou a necessidade de reformar as políticas dos sistemas fiscais e de despesas públicas, com maior volatilidade dos rendimentos não tributários e potencialmente o endurecimento das restrições fiscais em muitos países. Vários Ministros das Finanças da região da LAC expressaram interesse em trabalhar com a OCDE nestes tópicos, incluindo a Argentina, o Brasil, o Chile, a Guatemala, o México, o Peru e a República Dominicana.

Vista geral do Projecto

Esta iniciativa cobrirá política de formulação, desenvolvimento legislativo, implementação e controlo das reformas. Primeiro, esta iniciativa concentrar-se-á na formulação da política de imposição e no papel da política fiscal na actual crise, e depois seguir rapidamente para outros caminhos de trabalho dependendo na demanda de cada país e na disponibilidade de fundos.

O objectivo prioritário desta iniciativa é de construir dados internacionais comparáveis no sector da governança e dos impostos principais, bem como indicadores comparáveis de carga de imposição através dos países da região da LAC e com os países da OCDE.

O primeiro ano de trabalho é presentemente sustentado por contribuições Espanholas, Mexicanas e Chilenas (Dezembro 2009 - Dezembro 2010). Um Grupo de Conselho a Alto Nível (Ministros das Finanças e/ou Directores-Gerais de sector) reunir-se-á todos os 18 meses. Um Grupo de Conselho Técnico (Chefes de Divisões/Directores/Directores-adjuntos de Política Fiscal e Tributária) reunir-se-á uma a duas vezes por ano.

Os oficiais da OCDE apresentaram a Iniciativa Fiscal LAC-OECD aos participantes do Fórum das Políticas Fiscais, no México entre 30 de Novembro e 4 de Dezembro de 2009.

Sócios potenciais

A Iniciativa Fiscal LAC-OECD construirá e completará iniciativas existentes na região, trabalhando de perto com administrações fiscais chave e organizações de política de avaliação pública tal como a FIAS, o IMF, a CIAT, o Instituto Espanhol para Estudos Fiscais, a União Europeia através do Programa EUROsocial e a ECLAC.

A Iniciativa também reforçará a actual colaboração com centros de procura e outras organizações internacionais principais tal como BNDES, CABEL, CAF, ECLAC, IDB, IBRD, OAS, SEGIB e UNDP.

Resultados da Iniciativa Fiscal LAC-OECD

Objectivos a Curto Prazo (primeiro ano)

- A base das **Estatísticas do Rendimento** (*Revenue Statistics*) da América-Latina será desenvolvida para facilitar o diálogo na política fiscal e sustentar a avaliação de reformas fiscais alternativas de suporte para o crescimento económico e para a distribuição do rendimento.
- Uma **plataforma Web** será criada a fim de partilhar a base de dados da LAC e reforçar o diálogo virtual nos problemas fiscais.
- **Grupos de trabalho e seminários** para oficiais da política tributária nos países da LAC:

• **Primeira reunião do Grupo de Conselho Técnico (Política Tributária):**

Este grupo de trabalho poderá cobrir: a imposição e o investimento, a imposição e as pequenas e médias empresas, a imposição e a inovação ou a imposição e a política de emprego. Brasil, junho de 2010 (por confirmar).

• **Seminário sobre a Vacância e a Evasão Fiscal Internacional:**

O grupo de trabalho examinará algumas técnicas comuns que são usadas pelas empresas e particulares para evitarem imposição, com particular ênfase para as transacções internacionais. datas e lugares de contrato para enfatizar. Local e data do evento a ser confirmado.

• **Seminário sobre a análise na micro-simulação e previsões (CIT, PIT e IVA):**

Este grupo de trabalho introduzirá o desenvolvimento de uma base de dados fiscal para a análise das micro-simulações, para avaliar os “vencedores” e os “perdedores” duma dada reforma, permitindo ajustamentos que poderão fornecer um resultado equilibrado. México, 8-12 de março de 2010.

Objectivos adicionais no primeiro ano (dependendo nas doações)

• **Segunda reunião do Grupo de Conselho Técnico (Política Fiscal):**

Altos oficiais da política fiscal e conselheiros económicos dos países da LAC serão convidados a participar num grupo de trabalho em métodos para medir os equilíbrios fiscais ciclicamente ajustados, melhores práticas de design e implementação de um orçamento estrutural de uma perspectiva macroeconómica, regras fiscais e instituições e aspectos político-económicos relacionados.

- **Publicações Taxing Wages e Revenue Statistics:** dois publicações periódicas serão publicados no primeiro quarto de 2011 se houverem fundos adicionais.

Para mais informações contactar :

Objectivos a médio e longo prazo

As potenciais áreas de trabalho incluem :

- a importância e os desafios das relações fiscais através diferentes níveis de governo realçando o crescimento e abordando a desigualdade.
- o impacto dos níveis de imposição e estruturas de crescimento a longo prazo.
- o uso de impostos a fim de conseguir uma partilha justa dos custos e benefícios da globalização.
- a pressão crescente nos rendimentos das administrações para fornecer um melhor serviço e ao mesmo tempo para manter a aplicação das suas actividades.
- o impacto da despesa publica social no desenvolvimento e a distribuição do rendimento.
- o uso e a implementação de políticas fiscais contracíclicas e regras fiscais de macroeconomia.
- introduzir uma política económica na reformas fiscais e promover a legitimidade fiscal.

Objectivos que poderá incluir o grupo de conselho técnico

- formação e crescimento de Imposição e de Pequenas e Médias Empresas
- imposição e multinacionais
- evasão fiscal e o papel na troca de informações entre as administrações fiscais
- a despesa social e a imposição : interacção e efeitos da pobreza, informalidade e desigualdade
- a despesa social, a imposição e a informalidade no mercado do trabalho

Estas reuniões poderão ser reforçadas pela criação de bases de dados sobre :

- taxas de imposto eficazes (METR/AETR) no trabalho e no rendimento de capital
- o efeito neto dos impostos e o sistema de benefícios por exemplo na distribuição do rendimento, a polarização do imposto contra a transição do desemprego para o trabalho.
- os efeitos netos da despesa social na distribuição do rendimento